

DOSSIÊ SEGURANÇA E JUSTIÇA CRIMINAL

ECONOMIA DAS DROGAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO TRIÂNGULO MINEIRO: O CONTROLE DO CRIME ENTRE MERCADOS DO ATACADO E DO VAREJO

MÁRCIO BONESSO

Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (2002). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2006). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar (2015). Professor de Sociologia do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Autor do livro *Prevenção à criminalidade: arte e esporte na segurança pública em Minas Gerais* (2018). É músico contrabaixista.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal interpretar quatro modelos econômicos dos mercados das drogas ilícitas e suas intersecções e conexões de sentido com as políticas de segurança pública estadual na região do Triângulo Mineiro. Em 2003, houve em Minas Gerais uma redefinição do campo da segurança pública com a gestão de pesquisadores universitários na criação da Secretaria de Defesa Social (SEDS). A administração do controle do crime incorporou um eixo de prevenção à criminalidade violenta que repercutiu de forma positiva em outras unidades federativas do Brasil e em outros países. O programa Fica Vivo! tornou-se um modelo a ser seguido de programa de redução dos homicídios. Constatou-se que localidades de Belo Horizonte que acolheram o programa obtiveram uma eficácia social ao diminuir em 47% esses tipos de ocorrências. Assim, interpreta-se como as políticas implementadas pela SEDS impactaram na gestão do controle do crime em cidades interioranas distantes da capital mineira. Como os gestores e demais agentes desses programas, bem como segmentos populacionais locais percebem a constituição dos mercados das drogas no Triângulo Mineiro? Nesse contexto, o primeiro modelo de tráfico de drogas descrito foi o político-empresarial. A pesquisa tomou como base o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico de Minas Gerais, que documentou a acusação a políticos, empresários e servidores da área da segurança pública. O segundo modelo foi o da rota caipira, que desvelou mercados das drogas nas fazendas via transporte aéreo, descobertos por operações da Polícia Federal e publicados pela imprensa local. O terceiro foi o modelo periférico situado nos bairros pobres, geralmente um mercado constituído por redes de jovens que circunscrevem normativas morais no território. O último modelo identificado foi o *cult*, com mercados envolvendo a população artística, intelectual universitária, de classe média e alta das cidades. O método utilizado foi a pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2011 e 2015 e o material analisado foram entrevistas, relatório da CPI do Narcotráfico e registros da imprensa local. Conclui-se que os dois primeiros modelos de tráfico de drogas possuem uma associação com uma economia do atacado arregimentada por profissionais liberais de classe média e alta; o terceiro modelo mescla a economia do atacado e do varejo nos bairros periféricos com mudanças a partir do fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região; e o último modelo descreve múltiplos mercados do varejo dentro e no entorno da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) realizados por estudantes de classe média. Além disso, veremos como as intersecções entre esses mercados também

se tornaram comuns, criando zonas de circularidades. Por fim, a percepção sobre o consumo e tráfico de drogas de segmentos populacionais locais, dos gestores estaduais do controle do crime e dos agentes das polícias locais recaíram apenas sobre a gestão do modelo periférico. Ademais, esses agentes sociais reproduzem o discurso seletivo de que o consumo, o tráfico de drogas e os crimes violentos estariam circunscritos à população dos territórios denominados áreas de risco e anéis da criminalidade.

Palavras-chave: Modelos de mercados de drogas; Políticas de segurança pública; Consumo e tráfico de drogas.

ABSTRACT

DRUG ECONOMY AND SECURITY POLICIES IN TRIÂNGULO MINEIRO: CRIME CONTROL BETWEEN WHOLESALE AND RETAIL MARKETS

This article aims to elucidate four economic models present in the illicit drug market and its intersections and connections with Minas Gerais' public security policies for the Triângulo Mineiro region. In 2003, the public security field in Minas Gerais went through a redefinition in the course of university researchers administration due to the creation of the Social Defense Secretariat (Secretaria de Defesa Social — SEDS). The crime control management has incorporated a violent criminality prevention segment, which had resulted in positive outcome in other Brazilian federative units and other countries. The Fica Vivo! program has become a model to be followed in pursuance of homicide rates reduction. It has been observed that localities in Belo Horizonte that hosted the program have perceived social effectiveness by reducing these types of occurrences by 47%. Thus, it is interpreted how the policies implemented by SEDS influenced the crime control management in upcountry cities far from the capital of Minas Gerais. How do managers and other agents of these programs, as well as local population segments perceive the constitution of the drug markets in the Triângulo Mineiro region? In this context, the first model of drug trafficking described was the political-business model. The research was based on the conclusive report from the Minas Gerais' Narcotrafficking Parliamentary Inquiry Commission, which documented accusations against politicians, businessmen and public security officers. The second model was the caipira route, which revealed drug markets installed on farms via air transport, discovered by Federal Police operations and reported by the local press. The third was the peripheral model, which was located in poor neighborhoods and consisted of a market generally made up of young people networks that determine moral norms in the territory. The last model identified was the cultured model, which involves the middle and upper class artistic and intellectual academic population of the cities. The selected method was an ethnographic research developed between 2011 and 2015, and the material analyzed was extracted from interviews, the Parliamentary Inquiry Commission's report on illegal drug trade and files from the local press. It is possible to conclude that the first two models of drug trafficking are associated with a wholesale economy regimented by middle and upper class liberal professionals; the third model mixes the wholesale and retail economy in peripheral neighborhoods with changes derived from the consolidation of the First Command of the Capital (Primeiro Comando da Capital — PCC); and the last model describes multiple retail markets within and around the Federal University of Uberlândia (Universidade Federal de Uberlândia — UFU), carried out by middle class students. In addition, we will see how the intersections between these markets have also become customary, creating zones of circularity. Lastly, it is noted that the state crime control managers and local police officers relate the perception of drug consumption and trafficking by local population segments only to the peripheral model's operation. Furthermore, the mentioned social agents usually propagate the notion that drug consumption, drug trafficking and violent crimes are limited to the population living in territories called risk areas and criminality rings.

Keywords: Drug market models; Public security policies; Drug use and trafficking.

DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1044

Data de recebimento: 24/11/2018 – Data de aprovação: 20/10/2019

INTRODUÇÃO

Com o início do século XXI, Uberlândia¹ e Uberaba, os maiores municípios do Triângulo Mineiro, seguem a tendência de Belo Horizonte e Região Metropolitana em relação ao aumento dos crimes violentos. Com fama de pacatas, as cidades mineiras começam a sofrer o impacto da violência urbana que antes atingia sobretudo o circuito metropolitano Rio-São Paulo. Nesse cenário mineiro, alguns estudos demonstram, a partir da década de 1990, como os crimes, em especial os homicídios, estão associados ao controle do tráfico de drogas em certos territórios urbanos (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009).

Em 2003, o governo estadual de Minas Gerais reformulou o campo da segurança pública instituindo uma nova secretaria. A Secretaria de Defesa Social (SEDS) convidou vários cientistas sociais de Belo Horizonte para contribuir para a criação e gestão das políticas de segurança pública estadual. Com a incorporação desses cientistas no governo uma nova metodologia gerencial da segurança pública mineira foi criada, classificando os aglomerados (regiões periféricas) de Belo Horizonte e Região Metropolitana com altos índices de crimes violentos como *áreas de risco*:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georeferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade socioespacial (LEITE, 2007, p. 34).

Nessa perspectiva, a relação entre criminalidade e distribuição socioespacial da população foi interpretada por esses cientistas gestores como um dos principais problemas sociais da criminalidade nas cidades mineiras. Neves (2009) descreveu em seu artigo **Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil** como a corrente teórica da ecologia do crime oferecia um conjunto de explicações para esses fatores ambientais. Discussões sobre criminalidade e cidade oriundas da escola de Chicago seguiu um caminho conceitual com destaque para a teoria da desorganização social:

Os estudos que culminam na construção da teoria da desorganização social têm origem, como vimos na escola de Chicago, com os pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay. Esses autores realizam um amplo estudo na cidade de Chicago com o intuito de averiguar as possíveis causas das altas taxas de violência e criminalidade naquela localidade. A partir da pesquisa realizada, concluem que a criminalidade violenta incide com maior frequência nos bairros pobres e deteriorados de Chicago. A partir dessas tendências, os autores associaram o surgimento desses fenômenos à desorganização social e à dificuldade que essas comunidades apresentaram em conceber valores comuns e laços sociais. Esses elementos dificultariam o controle efetivo do comportamento dos membros das comunidades. Além disso, na pesquisa, também foi possível averiguar que as comunidades com alta incidência de criminalidade, além de serem marcadas pela pobreza e

¹ O artigo é resultado de um trabalho mais amplo, produzido a partir de uma pesquisa de doutorado na área da Sociologia da Administração de Conflitos realizado entre 2011 e 2015 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Foi realizado no Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) e orientado pela professora Dra. Jaqueline Sinhoretto. O estudo utilizou vários recursos metodológicos, entre os quais observações e descrições etnográficas em bairros de periferia e classe média, análises de documentos ligados às práticas dos agentes de segurança pública, entrevistas e reportagens jornalísticas locais. A tese apresentada teve como objetivo principal compreender a implementação das políticas de segurança pública, com ênfase nas políticas de prevenção à criminalidade, no município de Uberlândia.

deterioração, eram compostas por um conjunto significativo de minorias étnicas que assim que possível se mudariam para localidades com melhores condições de vida. Pobreza, degradação, alta rotatividade residencial e heterogeneidade étnica, para esses autores, compunham um quadro que impossibilitava o estabelecimento de valores e concepções de vida comuns. Em decorrência disso, nessas localidades, para eles, os mecanismos de controle social eram frágeis, o que não oferecia muitos obstáculos para o surgimento de altas taxas de criminalidade (NEVES, 2009, p. 185).

Segundo essa metodologia, em vez de priorizar a associação direta entre pobreza e criminalidade, faz-se uma conexão de sentido entre crimes e localidades pobres desestruturadas. Em Belo Horizonte, segundo esses pesquisadores, o gerenciamento armado de disputa pelo comércio das drogas ilícitas por gangues, o consumo do *crack*, os mecanismos frágeis de controle social sobre os jovens, os crimes violentos, sobretudo os homicídios, ocorriam com maior probabilidade nas localidades denominadas aglomerados. Dessa forma, o crime e a pobreza apresentariam causalidades quando houvesse problemas de coesão social no território por falta de um controle social, em moldes parecidos com o que ocorria na cidade de Chicago. Com a falta de controle social, as gangues teriam grande liberdade para ações ilícitas, assumindo o controle social desses territórios.

Para Beato e Peixoto (2005), a explicação ecológica do crime oriunda da escola de Chicago deveria passar por dois eixos sociológicos: 1) as teorias da desordem física; 2) as teorias de desordem social. O primeiro eixo faz a conexão de crimes às características físicas das localidades, como prédios degradados e lotes vagos, e tais ações criminosas geradoras da desordem física são denominadas “problemas das janelas quebradas”. Com o passar do tempo sem medidas de controle social e com a desordem instalada, as pessoas teriam a liberdade de cometer crimes mais sérios. O segundo eixo está calcado na capacidade da população em supervisionar os seus membros, sendo esse controle exercido através de interações sociais, por organizações sociais formais como comitês, clubes, instituições religiosas, ONGs, etc.

A análise ecológica da distribuição dos delitos criminais em centros urbanos conduz-nos a algumas questões de natureza teórica e de natureza prática. Em termos práticos, a questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade têm altas taxas de criminalidade? Teoricamente, a literatura que lida com a hipótese da desagregação social debita essa maior incidência às características socioeconômicas das comunidades, cidades, bairros e vizinhanças. Na realidade esse mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado do fato de áreas com maior privação relativa e absoluta provocarem incrementos de mobilidade e heterogeneidade populacional, conduzindo assim a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente, a um maior número de crimes. Contudo, evidências empíricas mostram que existem lugares em uma cidade que apresentam alta incidência de delitos cuja explicação não se dá apenas pelas características de suas populações. Existe algo a mais que se relaciona às características ambientais que podem estar favorecendo essa incidência de atividades criminosas. Uma abordagem sociológica deverá conter esses traços de lugares e grupos, em vez de focar apenas nas características dos indivíduos ou grupos sociais (BEATO; PEIXOTO, 2005, p. 169).

Seguindo essa tendência ecológica da criminalidade, estudos de Beato, Silva e Silveira (2008) demonstraram como o crescimento dos homicídios na capital mineira não ocorreu de maneira homogênea. Se os números absolutos de homicídio da cidade aumentaram em mais de 100%, esse acréscimo concentrou-se apenas em seis áreas de aglomerados urbanos, sugerindo assim um efeito de implusão espacial de mortes violentas em Belo Horizonte.

Nesse sentido, as políticas públicas estaduais enfatizaram o modelo periférico dos mercados da droga. Esse modelo sofreu uma forte influência também dos códigos dos mercados empreendidos nas maiores cidades metropolitanas brasileiras (ALVITO, 2001; CALDEIRA, 2000; ZALUAR, 2008). Com o início do século XXI, a imprensa local e os relatos etnográficos de moradores passam a descrever como os homicídios consumados eram motivados por disputas de controle territorial desses mercados. Em algumas microáreas dominadas por certos traficantes foram mencionados códigos de proibição de roubos. Esse tipo de moralidade também resultou na morte de muitos jovens considerados “ladrões de varais” que não obedeciam a esses códigos. A influência paulista se intensificou bastante nas dinâmicas destes mercados periféricos do atacado e varejo, alterando-se de maneira significativa com a entrada e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC)² nos municípios da região.

Os cientistas mineiros que se tornaram gestores dos programas de segurança pública estadual associaram o consumo e o tráfico de drogas aos modelos periféricos classificados como áreas de risco, porém, em 1999, parlamentares estaduais aprovaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI do Narcotráfico. Em dezembro de 2000, o grupo de trabalho emitiu um relatório conclusivo apontando irregularidades em vários municípios e instituições prisionais envolvendo o modelo de mercado político-empresarial (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000). No Triângulo Mineiro, como em várias cidades de Minas Gerais, políticos, empresários, fazendeiros, advogados e funcionários públicos, sobretudo da área de segurança pública, foram acusados e alguns presos, após as audiências da comissão, por estarem envolvidos em mercados de atacado da droga.

Região de divisa com o estado de São Paulo e relativamente distante das capital mineira, o Triângulo Mineiro³ sofreu uma forte influência paulista também nos mercados das drogas distribuídas no atacado e varejo. Com forte difusão no interior paulista, o modelo da rota caipira (PERALVA; GALLO; SINHORETTO, 2012) utiliza aviões de pequeno porte e as fazendas como áreas para o pouso e descarregamento de pequenos e grandes lotes de drogas. Esse *modus operandi* de distribuição aérea da droga se deslocou para as cidades da região, não apenas para abastecer o mercado interno do Triângulo Mineiro, mas também como entreposto para cidades e unidades federativas mais distantes. Em alguns casos, como mencionado no relatório da CPI, aeroportos de pequenas cidades eram utilizados para um mercado do atacado e o carregamento, escoltado por policiais civis.

Esta CPI deslocou-se até o Triângulo para averiguar também caso de narcotráfico envolvendo corrupção de um Detetive da Polícia Civil e conluio do policial com um notório traficante da região, conhecido pela alcunha de Furacão. Iturama é um município com cerca de 50 mil habitantes. São Francisco de Sales é uma pequena cidade interiorana, com cerca de 6 mil habitantes. A droga, cerca de 150kg de cocaína por semana, chegava de avião ao aeroporto da cidade, para ser distribuída entre os consumidores das comunidades vizinhas. Na região de Iturama, Furacão comandava o narcotráfico e contava com o auxílio do Detetive José Valdivino Lima, que lhe dava cobertura e, ao que tudo indica, passava informações a respeito da movimentação da polícia. Conforme o depoimento de trabalhadores rurais, o detetive teria, pelo menos uma vez, recepcionado a

2 Sobre o PCC consultar (BIONDI, 2010; FELTRAN, 2011).

3 Por mais que o Triângulo Mineiro tenha um dos melhores indicadores de desenvolvimento urbano e econômico em Minas Gerais, sua localização é marcada por uma região de entreposto, de fronteira, com características geográficas que destoam das demais regiões mineiras: ambiente de cerrado, com territórios mais planos e clima mais seco. Esses aspectos culturais, ao longo do século XX, criaram desejos separatistas. Parte da população, da imprensa e de frações de lideranças políticas trabalharam para criar uma Unidade Federativa separada de Minas Gerais. Mesmo com esse peso do movimento separatista, não há uma negação total dos valores mineiros. Como aponta um grande empresário da cidade de Uberlândia, o triangulino pode ser classificado como “um matuto igual goiano, arrojado igual paulista e pensador igual mineiro”.

carga ilícita no aeroporto da cidade. Além disso, sua conta bancária exibia depósitos regulares de quantia incompatível com seus salários de servidor, depósitos que ele próprio não soube explicar. As ações da Comissão, que chegou a trabalhar madrugada adentro, tiveram já alguns resultados importantes. Entre as pessoas condenadas em decorrência da atuação da CPI, encontram-se o detetive e o ex-Cabo da PM Frederico Marcelo Castro, excluído da corporação. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000, p. 65).

Por fim, foi identificado o modelo *cult* do mercado das drogas, que ocorre em vários bairros de classes média e alta, bem como em instituições públicas e privadas. Tomando como base o estudo etnográfico no local conhecido como Jambolão, situado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e nas repúblicas do entorno foram identificados modelos de mercado no varejo que são conhecidos como *barcas*. Quem realiza a gestão das barcas são os *patrões*. Diferentemente do que ocorre no modelo periférico, os patrões das barcas, apesar de realizarem toda a transação financeira e logística para a obtenção das mercadorias ilícitas, não são considerados e reconhecidos como traficantes de drogas. Essa economia, ao ser movimentada por pequenos mercados no varejo, por relações de transação e consumo coletivo, não desencadeia qualquer tipo de relação violenta ou demanda por uma logística armada de segurança como ocorre nos três primeiros modelos mencionados, apesar de envolver relações de poder e conflito. Todavia, com o dinamismo e as zonas de circularidade entre esses mercados, nos últimos anos, apesar de não violento, o modelo *cult* passa a ser afetado pelos modelos de mercados violentos.

O IMPACTO DA CPI DO NARCOTRÁFICO NO TRIÂNGULO MINEIRO

Os parlamentares envolvidos com a CPI do Narcotráfico investigaram denúncias no Triângulo Mineiro, com *scripts* semelhantes aos de outros sete casos⁴ mineiros e brasileiros. A acusação na região também incidiu sobre políticos, policiais, delegados, empresários e traficantes. Na ocasião das audiências em Uberaba e Uberlândia, o vereador de uma pequena cidade da região acusou o prefeito de ter envolvimento com o tráfico de drogas. A delegada de outra cidade com pequena população também foi acusada de tráfico de drogas por dois indivíduos, cujas identidades não foram relatadas. Dois delegados de Uberaba foram intimados a explicar a fuga de um detento e uma soltura por engano.

Nos dias 7, 8 e 9/6/2000, a Comissão se deslocou até o Triângulo para proceder a trabalhos ligados à conscientização da sociedade para o problema do narcotráfico e a investigações relacionadas com o comércio de drogas ilícitas. Em Uberaba, foi realizada reunião com a comunidade, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as ações já desenvolvidas pela CPI e sensibilizar os diversos segmentos sociais para a causa. Em Uberlândia, nas reuniões dos dias 7 e 8/6/2000, aconteceram reuniões com a oitiva de testemunhas, que prestaram depoimentos sobre os principais episódios relacionados às drogas na cidade e na região. O Vereador Waldenir Soares, membro da Câmara Municipal de uma pequena cidade, acusou o Prefeito Willian Silva de Oliveira, do mesmo município, de envolvimento com o tráfico de drogas. Um informante de codinome Tatu apresentou diversas informações sobre o comércio ilícito de drogas no município de Campina Verde e as rotas do tráfico no Triângulo. Indivíduos com as alcunhas de Moacyr Boliviano

4 No relatório conclusivo da CPI do narcotráfico em Minas Gerais foram apresentados sete casos investigados: i) o caso Fernando Beiramar: a crônica de uma fuga anunciada; ii) investigando o narcotráfico em Governador Valadares: a droga no saco de pão; iii) investigando em Montes Claros: os caminhos das drogas; iv) Ipaba e Governador Valadares: o sistema penitenciário mais uma vez; v) a droga no Triângulo Mineiro; vi) o caso de Contagem: as drogas no supermercado; vii) a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e as tentativas de cercear os trabalhos da CPI.

e Lobinho acusaram a Delegada de uma pequena cidade de estar envolvida com o tráfico de entorpecentes. Os Delegados Wallace Brandão e Tarcísio Soares foram intimados para responder a questionamento sobre a fuga do preso Valdomiro Silva, traficante preso na cadeia pública de Uberaba. O detento teria sido solto por engano. O cidadão Rogério Feitosa Lima procurou a CPI para apresentar diversas denúncias, o que demonstra que a comunidade regional estava motivada para participar ativamente dos trabalhos da Comissão e do combate ao narcotráfico. A CPI ouviu ainda Talles Lobo Andrade, preso em flagrante por tráfico de entorpecentes pela Polícia Federal⁵. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000, p. 64).

Em uma das maiores cidades da região, um informante da Polícia Civil acusou policiais da cidade, em especial um inspetor, de inúmeras atividades ligadas ao tráfico de drogas e a outros crimes correlatos. Do documento ainda consta o depoimento de um preso acusando o referido inspetor, outros policiais e um advogado de extorquir um veículo popular de sua propriedade. A esposa de um traficante acusou o mesmo inspetor de extorquir frequentemente de seu marido. Entre as acusações contra esse e outros agentes da segurança pública estavam: i) ligação com criminosos, dando proteção em troca de vantagem financeira; entre os protegidos do policial, estaria um receptador de cargas roubadas; ii) o patrimônio do referido policial e de seus familiares seria, muitas vezes, superior à sua capacidade financeira; iii) realização, por outros policiais, de escolta de carga de cocaína para um traficante; v) participação dos policiais militares em ilegalidades.

Em outra pequena cidade próxima a Uberlândia, a acusação dos crimes de tráfico de drogas também incidiu sobre policiais civis. As ameaças que esses policiais acusados dirigiam a outros policiais, civis e militares, seriam constantes e algumas feitas publicamente, segundo o relatório. Com essas denúncias, um delegado e dois policiais civis foram afastados do cargo pela ação da CPI e seus nomes foram investigados.

Tais fatos revelam o dilema dentro das instituições públicas, na medida em que alguns acusadores desejosos do fim da “banda podre” acusam as supostas condutas ilegais de colegas de instituição e profissão. Se políticos, empresários, policiais são os principais tipos de profissionais acusados, é interessante notar como, nesse contexto, também são os principais acusadores (MISSE, 2008).

No total dos sete casos apresentados nos trabalhos em Minas Gerais, foram afastados das funções públicas pela ação da CPI: um ex-diretor-geral, uma ex-diretora, um ex-diretor de segurança e um ex-diretor financeiro de penitenciária; um ex-agente penitenciário; um inspetor da polícia civil; um delegado e um carcereiro de uma cadeia pública. Ainda pelos trabalhos da CPI foram colocados à disposição da justiça dois supostos traficantes e foram abertas sindicâncias para apurar as acusações contra um sargento da PM, um inspetor de segurança, um delegado de polícia e um carcereiro de uma cadeia pública. Houve a condenação de uma delegada, dois detetives, um capitão e um cabo da PM. Por fim, as ações da comissão indicaram 15 indivíduos, cujas identidades e exercícios profissionais não foram revelados.

Desses relatos interpreta-se outro aspecto importante do documento da CPI mineira: os efeitos práticos do processo de acusação não atingiram efetivamente os políticos acusados. Apesar das inúmeras acusações a deputados, secretários e prefeitos (e indiretamente a governadores e secretários estaduais responsáveis pela área da segurança pública), nenhum desses profissionais sofreu algum tipo de investigação jurídica

5 Todos os nomes são fictícios.

como ocorreu com os servidores de carreira da segurança pública. Todavia, após anos da prisão de servidores públicos das duas polícias, muitas investigações foram encerradas e não chegaram a condenar outros servidores públicos investigados e citados no relatório conclusivo, incluindo os casos descritos da região do Triângulo Mineiro.

A EXPANSÃO DO MODELO DA ROTA CAIPIRA PARA O TRIÂNGULO MINEIRO

Alguns municípios do Triângulo Mineiro são entrepostos econômicos importantes para a circulação de vários mercados brasileiros. Uberlândia tornou-se conhecida como um polo da logística *toyotista* por acolher empresas⁶ responsáveis pela distribuição de pequenos lotes de mercadorias entre as capitais e cidades interioranas das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Pela forte difusão no interior do estado paulista da rota caipira, como mencionado, esse novo *modus operandi* de distribuição aérea da droga também se deslocou para as cidades da região mineira. Além do caso relatado no relatório da CPI, a utilização de aviões de pequeno porte e das fazendas como áreas para o pouso e descarregamento das drogas ilícitas tornaram-se hábitos comuns de pequenos e grandes carregamentos.

Os registros da mídia nas operações da Polícia Federal (PF) demonstram a ação do tráfico internacional de drogas na região. De acordo com a reportagem intitulada **Operação desarticula quadrilha de tráfico internacional de drogas** (2015):

A Polícia e a Justiça Federal (PF) de Uberlândia desarticularam uma quadrilha suspeita de tráfico internacional de drogas, nesta quinta-feira (25), durante a Operação Navajo. Vinte e cinco imóveis, entre casas e apartamentos, e 25 carros supostamente adquiridos com dinheiro da venda de drogas foram sequestrados judicialmente ou apreendidos. A quadrilha teria movimentado mais de 30 toneladas de cocaína em dez anos de atuação somente no Triângulo Mineiro. Em Uberlândia, quatro suspeitos foram presos. Todos os envolvidos ficarão no presídio Jacy de Assis. O grupo trazia a droga da Bolívia e Paraguai para o Brasil em aviões que pousavam em pistas clandestinas em fazendas da região de Uberlândia. “Depois tinha o trabalho de ‘formiguinha’ para distribuir essa droga aos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo”, afirmou o delegado-chefe da PF em Uberlândia (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2015).

Segundo a reportagem, outras apreensões significativas de cocaína dessa quadrilha na região foram realizadas: em 21 de junho de 2014 houve a apreensão de 360 kg no município de Santa Helena de Goiás (GO); em 9 de janeiro de 2014 houve a apreensão de 500 kg em Iraí de Minas (MG); em 12 de março de 2013 houve a apreensão de 542 kg no município de Indianópolis (MG); em 9 de março de 2013 houve a apreensão de 447 kg também em Indianópolis (MG); em 26 de fevereiro de 2013 houve a apreensão de 115 kg em Campo Florido (MG); em 1º de dezembro de 2012 a PF apreendeu 230 kg no município de Uberaba (MG); em 1º de julho de 2012 houve a apreensão de 250 kg no município do Prata (MG).

Reportagens sobre o tráfico internacional de drogas confirmam a diversidade de fluxos na região (EM.COM.BR, 2014). Nos dois municípios com maior população, as acusações e condenações envolviam desde pessoas ligadas aos comandos paulistas do PCC até ex-profissionais da segurança pública da polícia civil,

⁶ Entre essas empresas que contribuíram com o desenvolvimento toyotista da cidade mencionam-se: Grupo Martins, Grupo Algar, Armazém do Comércio e Armazém Peixoto.

fazendeiros e empresários. Nesse aspecto, a circularidade entre os modelos do mercado empresarial-político, com os mercados do modelo periférico vinculados nos últimos anos com o comando paulista, comprova mais uma vez o caráter dinâmico e de vínculo entre esses diferentes mercados que compõem a economia da droga na região a partir da rota caipira.

OS MODELOS PERIFÉRICOS NO TRIÂNGULO MINEIRO

Os modelos periféricos dos mercados de drogas no Triângulo Mineiro representam no imaginário de boa parte da população e dos próprios agentes de segurança pública os territórios com primazia no consumo, tráfico de drogas e violência urbana. Reportagens do jornal Correio de Uberlândia sobre áreas consideradas vulneráveis, tais como **Homem é assassinado com cinco tiros no Dom Almir** (2013), demonstram a tendência de um segmento populacional em definir que todos ou grande parte dos moradores dessas áreas são marginais. Nos comentários dessa reportagem, muitos cidadãos explicitam sua concepção típica ideal de criminoso: “Olha o bairro, ou melhor, a favela... menos um. Puxa a ficha dele que vai sair muita coisa. É claro que nenhum morador daquela favela viu nada, pois ali é pai, mãe, tio, tia, tudo de origem marginal, aí já viu...”. Na mesma reportagem, outro comentário nesse sentido: “A vítima tinha passagem pela polícia, por roubo e tráfico de drogas, então que se lasque, não vai fazer falta! Para falar a verdade, tava fazendo hora extra já”.

Reportagem intitulada **Consumo de drogas: seis bairros formam o anel do crime** (2015), publicada no jornal Correio de Uberlândia, apresenta as concepções dos agentes de segurança pública da Polícia Civil sobre a dinâmica do consumo e do tráfico de drogas no município de Uberlândia: “Os bairros Morumbi, Dom Almir, São Jorge, Canaã, Esperança e Lagoinha formam o que a Polícia Civil de Uberlândia chama de ‘anel do crime’, por causa dos altos índices do tráfico e consumo de drogas registrados nessas comunidades”.

A partir das observações etnográficas, foram interpretados no modelo periférico da região do Triângulo Mineiro mercados das drogas arregimentados por jovens moradores dessas localidades. Ao mesmo tempo em que são os segmentos vulneráveis à morte, muitas vezes, esses jovens são os supostos agentes que fazem a segurança paralela desses territórios contra as investidas do comércio concorrente, além de realizarem o controle social dos “atos imorais” da população local e observarem a chegada da polícia. Em várias dessas localidades, o comando dos mercados do tráfico normatizou certos dispositivos de segurança comunitária que se desdobram em regras de interditos para toda a população: por exemplo, o estabelecimento da proibição de estupros, roubos e assaltos a patrimônio residencial, comercial e a transeunte dentro da “comunidade e o estabelecimento de vigilâncias públicas por meio de olheiros espalhados nas microáreas. Nesse sentido, o relato de muitos moradores é o da “comunidade tranquila”, apesar das mortes e da vigilância.

No início dos anos 2000, outra especificidade na dinâmica criminal começou a ser relatada por moradores: a suposta entrada do PCC nos mercados de drogas das periferias, presídios e penitenciárias das cidades. Na mídia televisiva e impressa, pode-se afirmar que até 2011 havia um tabu em se veicularem notícias relacionadas ao coletivo paulista. Nesse referido ano, apesar de se iniciar a divulgação mais sistemática de notícias, a imprensa local ainda tratava os casos como suposições. Em 2012, a mídia local e o blog do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR) de Uberlândia não colocavam mais o assunto como tabu, ao relatarem prisões de criminosos com suposto envolvimento ou portando estatuto do comando paulista.

Em Uberaba o discurso foi parecido com o identificado em Uberlândia. A partir de 2012, o PCC também se torna um fato social consolidado para a imprensa local. Nesse ano, ocorreram “salves” no município, muitos deles ordenados dentro das instituições prisionais e veiculados pela imprensa. Em novembro, a Área Integrada de Segurança Pública (Aisp) do município de Uberaba foi atacada por supostos integrantes do coletivo e, depois disso, houve cartas, telefonemas e comunicações públicas, que reiteraram ameaças de novos ataques tomando como alvos novamente as instituições policiais. Eles ainda ordenaram, em várias regiões da cidade, o fechamento dos comércios e das escolas. Por alguns dias, a sensação de insegurança tomou conta da população uberabense diante dos reiterados salves gerais dos supostos integrantes do PCC na cidade e na região que comporta a Aisp. Muitas instituições de ensino e lojas comerciais que funcionavam no período noturno suspenderam suas atividades.

Nesse contexto organizacional, não apenas as listas de policiais e agentes penitenciários a serem mortos começaram a aparecer, mas a lista dos “ladrões” também. Em Uberlândia, a obrigatoriedade de que traficantes antigos comprassem apenas de um fornecedor começa a ser relatada por vários sujeitos: técnicos sociais, oficinairos dos programas de prevenção à criminalidade, ex-consumidores e ex-mercadores. Verifica-se o impacto na economia das drogas no modelo periférico, que começa a ter fragmentos de sua circulação local regulamentada. Nesses espaços urbanos o traficante antigo pode até continuar vendendo, mas deve se readequar a esse novo código imposto de comprar apenas de um fornecedor ligado ao coletivo paulista. Aqueles que não se adéquam ou desistem dos negócios ou vão para a lista.

Do ponto de vista de uma entrevistada que trabalhava formalmente e realizava pequenos comércios ilícitos de drogas no varejo para alguns trabalhadores de uma grande empresa da cidade, todo bairro de Uberlândia teria uma organização de pessoas que venderiam drogas ilícitas. Para ela, apesar de o PCC aparecer na imprensa local apenas em 2012, em 2010 a organização já monopolizava a região leste da cidade.

Não adianta, pode ter um bairro novo que vai ter gente lá vendendo, porque o comando do tráfico é assim. O PCC tá comandando agora a região A, que é essa região aqui. Ele tá comandando tudo, essa região inteirinha já é do PCC. Aí eles põem as pessoas vendendo drogas. Então o pessoal vende e uma certa porcentagem fica para eles, então, por exemplo, ele vende uma dola⁷ de cinco reais, uma parte fica pro PCC. Então, você negocia 250 gramas ou um quilo, então como é uma quantidade maior você vai comprar por mais barato. É igual quando você compra no atacado por supermercado mesmo, uma quantidade maior o valor fica menor, então se você comprar 100 gramas, você vai pagar proporcional. Quanto mais quantidade, mais barato fica. Então é mais vantagem você comprar em peso do que comprar em dola. Então, meu marido compra ela em peso. A droga eu não sei, mas o comando do PCC daqui parte de Ribeirão Preto e chega até o chefe, dentro de Uberlândia tem um que faz a divisão, ele tem o chefe de cada bairro, o chefe da biqueira. Aí vai partindo o maioral manda nos outros que manda nos outros, que pode depois colocar outras pessoas para vender para eles, mesmo que essas pessoas não façam parte do PCC. Eu não posso citar o nome, mas atualmente o chefe do PCC aqui está preso. É o chefe da região leste de Uberlândia, eu não sei falar de outras regiões, mas da região leste eu conheço bastante o comando. De dentro da cadeia ele tem celular, a esposa dele aqui de fora faz todo o comando, ela tem acesso a todos os vendedores. É igual ao comércio mesmo, ela tem caderno de anotações. Então se um vendedor invadir a posse de terra de outro vendedor, isso aí vai dar briga, dá morte, sabe! Então, tem todo aquele respeito. (Entrevistada, 10 out. 2010),

7 Pequeno saquinho de plástico que embala as drogas ilícitas, sobretudo a maconha e a cocaína.

Um passeio pelos bairros de Uberlândia e Uberaba permite notar alguns muros pichados com siglas como: PCL – Primeiro Comando Lagoinha, PCS – Primeiro Comando Saraiva, PCR – Primeiro Comando Roosevelt, PCT – Primeiro Comando Tibery, PCM – Primeiro Comando Morumbi e PCU – Primeiro Comando Uberlândia. Tais nomenclaturas sugerem uma articulação territorial do comércio e serviço relacionados aos mercados das drogas que corroboram as falas de técnicos sociais, professores, moradores e ex-usuários. Com exceção da última – PCU –, que sugere um comando unificado e específico para a cidade de Uberlândia, que visa confrontar o crescente monopólio da organização paulista. Também é fácil localizar em vários muros de distintos bairros da cidade a investidura da sigla do PCC e códigos correlatos como 1533; Paz, Justiça e Liberdade.

Mesmo que as pichações sejam sinais adscritivos (ALVITO, 2001) de tais agrupamentos supostamente juvenis, conjectura-se que esses distintos dispositivos de segurança, às margens dos poderes consagrados (legislativo, executivo e judiciário), ainda muito recentes, estão se acomodando nas cidades. Não há dados precisos para entender as relações de alianças (harmônicas ou conflitivas) entre essas formas de normatização. Apesar disso, pode-se inferir por meio desses indícios aditados e narrados, como o relato da entrevistada, que a expansão territorial, para além do setor leste de Uberlândia, do coletivo paulista sobre os traficantes tradicionais presume que os “traficantes nativos” que nasceram nos bairros não podem mais comercializar na localidade sem a permissão prévia e utilizando outras redes organizacionais de compra e venda das drogas ilícitas.

O MERCADO *CULT* DO JAMBOLÃO E REPÚBLICAS NO ENTORNO DA UFU

Desde a década de 1990, no espaço de convivência conhecido como Jambolão, situado entre os blocos das Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o local é utilizado como um espaço público de uso e comércio de drogas, sobretudo de maconha. Mesmo sendo uma prática habitual, vale mencionar que a maioria das pessoas que utilizava a área de convivência não era usuária de drogas. Dessa forma, o uso de substâncias ilegais no espaço, muitas vezes, foi normatizada por alunos não usuários, professores, seguranças públicos, funcionários terceirizados e demais autoridades que possuíam conhecimento sobre os hábitos ilegais, mas mantinham boa convivência com os alunos que frequentavam o local.

Por mais que imperem os estigmas sobre o uso e o tráfico de drogas, o espaço foi muito importante para a produção de artistas e produtores culturais. Dessas interações, importantes parcerias e diversos tipos de produções foram efetivadas⁸. Essas realizações culturais incluíram desde produções políticas, como montar acampamentos de comando de greves que ocorreram nas instituições federais públicas, passando por produções artísticas de grupos musicais, teatrais, performances e danças, até se tornar um espaço próprio de referência na cidade quanto à produção cultural de eventos como festas, congressos, festivais, seminários e encontros científicos em várias áreas.

Era perceptível, entre os usuários de substâncias ilícitas do espaço, como a maconha era o insumo mais utilizado, adjunto ao cigarro industrial e, de maneira menos intensa, à bebida alcoólica. Nos períodos noturnos e festivos, muitos shows e eventos eram realizados no espaço. Era nesses eventos que a ingestão

⁸ Vale destacar o Coletivo Fora do Eixo, o Festival Jambolada e inúmeras bandas de rock, música popular brasileira e música regional, bem como coletivos de dança e performance, que foram criados no local ou a partir de conversas nas mesas situadas debaixo das árvores do Jambolão.

de bebidas alcoólicas se tornava mais frequente. Nesse contexto, a maconha era usada de forma menos intensa nos eventos noturnos e mais constante nos dias ordinários, durante e entre os momentos de aula. Em meio às pessoas que frequentavam o espaço para estudar nos blocos, ou simplesmente ficar “curtindo” o local, era perceptível como a relação de consumo de substâncias como a maconha não possuía uma característica utilitarista do tráfico “do toma lá dá cá” como nas outras economias de mercado mencionadas. Durante o período de vivência descrito, a violência nunca existiu nas relações ilícitas dos usuários de drogas no local. Isso não significa que as relações entre esses usuários eram apenas harmônicas. Vários conflitos eram estabelecidos em um contexto homólogo ao dos jogos dos *potlatch* (MAUSS, 2003).

Os conflitos mais frequentes relacionavam-se às pessoas consideradas *serrotes* – aquelas pessoas que “nunca colocam nem um cigarro fino para a galera”. Em outras palavras, os *serrotes* frequentavam o espaço, participavam dos grupos reunidos nas mesas, mas nunca colocavam um cigarro de maconha para ser fumado publicamente. Era comum que essas pessoas também tivessem como hábito “serrar” cigarros industriais. Nesse sentido, os jovens em trânsito entre as mesas situadas embaixo do Jambolão e outros locais mais ermos da universidade e repúblicas que ficam nas ruas do entorno da universidade executavam uma estratégia bem planejada, criando barreiras a certos colegas ou grupos indesejáveis ao consumo público. Os deslocamentos propiciavam certos interditos, principalmente quando os grupos saíam do espaço da universidade e adentravam as repúblicas. Ao se deslocarem para a república de um dos integrantes do grupo, os *serrotes* indesejáveis dificilmente apareciam.

Um dos ápices de conflito entre os usuários no Jambolão era a reclamação pública perante a roda, de que a pessoa *serrote* sempre fumava, mas nunca colocava um cigarro dela. As queixas se tornavam mais graves quando a pessoa mencionada era acusada em meio ao público de ser vista “fumando um” sozinha ou com outras pessoas em alguma “quebrada” da universidade. Outro elemento que podia gerar tensão era a *roda*, formada em torno das mesinhas, em que a posição social era distribuída espacialmente entre as pessoas que fumariam o cigarro. As relações de poder nessas práticas sociais eram perceptíveis. A horizontalidade da roda escondia certa hierarquia entre os usuários. Nesses casos, muitas vezes, as rodas se tornavam *retas*. A mais explícita era o cigarro passar no sentido contrário ao do usuário indesejado, saindo do meio em direção a uma ponta e voltando para o meio – onde seu proprietário e seus colegas mais próximos estão situados –, e só depois de o cigarro ser passado duas vezes seria oferecido para a pessoa ou as pessoas indesejadas.

Apesar desses conflitos, na maioria dos casos existiam os *serrotes* desejados. Esses retribuía com certas ações que os vinculavam de forma mais harmônica aos *patrões* – termo utilizado para designar aquelas pessoas que ofereciam um cigarro publicamente para o restante da turma que frequentava o espaço. Os *serrotes* desejados eram pessoas amigas mais íntimas dos *patrões*, retribuía com certas práticas sociais que o grupo considerava uma “energia boa” altruísta. Essas retribuições eram muitas e correspondiam tanto a dádivas materiais como simbólicas. Esse *serrote* não colocava um cigarro de maconha, mas podia “abastecer” o *patrão* e toda a turma que estava na mesa com o cigarro industrial, em geral fumado após o cigarro de *cannabis*. Podia ser ainda o colega que possuía um automóvel e levava os amigos para os locais necessários, sem cobrar o valor da gasolina ou cobrando apenas o valor do deslocamento (importante ressaltar, nesse contexto, como em muitos casos um estudante podia ter acesso a um carro, mas não possuir dinheiro para abastecê-lo). Podia ser ainda um músico que ficava na roda passando seus conhecimentos enquanto os cigarros rodavam pelas mãos das pessoas, ou ainda pessoas que se esforçavam em colaborar com o bem-estar coletivo, por exemplo, carregando instrumentos musicais a pé das repúblicas para a universidade: “para o movimento da mesinha virar uma festa”.

A partir dessas descrições etnográficas, é possível estabelecer interpretações sobre esse mercado, em que os fluxos das atividades ilegais com o consumo de drogas são envolvidos por outros fluxos de trocas de drogas legais (como os cigarros e as bebidas), de vínculos artísticos ou de esforços coletivos. Dessa forma, as relações de troca, amparadas em vínculos de endividamento, são diferentes das relações utilitárias que envolvem as lesões corporais e os homicídios motivados pelos acertos de contas ou pela disputa de pontos no mercado utilitário da droga nos outros modelos (ROCHA, 2018)⁹. Nesse último caso, a lesão corporal ou a morte violenta servem como condições de equivalência, que visam encerrar os endividamentos (e servir de exemplo para que outras pessoas cumpram seu endividamento) entre o traficante armado e o usuário endividado ou o traficante que está disputando o ponto com outro traficante inimigo.

A partir dessa diferença, o trabalho de campo evidenciou que a figura do patrão não era associada à figura violenta e utilitária do traficante do modelo periférico ou dos “profissionais liberais” do modelo empresarial-político. Na maioria dos casos, os patrões eram alunos de classe média, universitários ou artistas que garantiam para si mais contatos e maior capacidade em arregimentar as *barcas* – movimento de compra e partilha coletiva das drogas ilícitas. Em todo o percurso etnográfico houve apenas dois alunos que em certos momentos se autodenominavam traficantes. Mesmo assim, apesar de vários usuários não utilizarem os seus serviços de extremo varejo por que eles “vendiam apenas cigarros picados” nunca houve conflitos. Nunca estipularam exclusividade ou monopólio do comércio. Com frequência esses supostos traficantes também eram patrões das rodas, com outras pessoas que possuíam fumo adquirido por outros *canais* – termo muito utilizado para dizer quem sabe onde comprar as substâncias ilegais. Assim, nesse período, nunca se ouviu um relato de conflito violento em função dos mercados antiutilitários dos ilícitos das drogas, apesar das tensões simbólicas e das relações de poder descritas em torno dos *potlatch* das mesas embaixo do Jambolão.

Por vários segmentos de classe média da cidade, tais como repúblicas, bares, praças centrais que acolhem shows públicos e parques, esta prática de ocultar a figura do traficante tornou-se habitual entre os usuários. Diferentemente da classificação, os patrões eram personagens apenas nas rodas, não carregavam essa investidura corporal em outros momentos. Pode-se dizer que a expressão era quase fenomenológica: “quem é o patrão hoje?” limitava-se a saber que tinha um cigarro a oferecer no aqui e agora. Como havia um enorme rodízio de pessoas que colocavam cigarros na roda, o patrão era a pessoa comum, o amigo ou o colega que em certo dia colocava um cigarro para a turma fumar e no dia seguinte era recompensado ao fumar do cigarro de uma ou mais daquelas pessoas que fumaram o cigarro que ele colocara. Apesar desse rodízio, existiam pessoas consideradas mais patrões do que outras, por colocarem cigarros de forma mais recorrente nas rodas.

Existia ainda outra modalidade de patrão. Eram os *patrões das barcas*. Muitas pessoas com expectativas e desejos diferentes eram os patrões de uma barca. Como era criado um mercado em rede, uma barca podia conter inúmeros patrões responsáveis pelas mais variadas quantidades. Variava desde a pessoa que negociava uma grande quantidade, como a totalidade da barca, até uma pessoa que pegava apenas 10 reais e dividia a metade com um colega ou a namorada. Por mais que alguns tivessem pequenos lucros, esses mercados dos patrões não possuíam um vínculo utilitário do “toma lá dá cá”, amparado por dispositivos violentos incutidos na figura do traficante. Em alguns casos notavam-se até mesmo certas contrariedades

⁹ Aqui vale mencionar a pesquisa de Rocha (2018) que ocorreu na zona leste de Belo Horizonte. O sociólogo realizou uma etnografia nas localidades e verificou como uma série de homicídios e “guerras” entre gangues rivais não eram motivadas pelo endividamento, falta de acerto econômico ou disputa territorial do tráfico de drogas. O autor demonstrou outras motivações, tais como perda do autocontrole, vingança de parentesco ou desconfiança de pessoas “fora do mundo do crime” que estariam informando (X9) a polícia sobre a dinâmica criminal do tráfico de drogas nas localidades. Nesse aspecto, era perceptível como os cientistas de Belo Horizonte que faziam a gestão das políticas estaduais, os agentes policiais lotados nas cidades de Uberaba e Uberlândia, bem como a população local associavam todos os homicídios com dívidas dos consumos e tráficos de drogas ou com disputas territoriais.

para se vender o produto ilegal. Quando uma pessoa conhecida abordava outra e perguntava a ela se tinha algum cigarro a oferecer, em muitos casos, ela respondia que não, mesmo tendo alguma quantidade de maconha disponível. Porém, se um amigo, que sempre “fortalece”, pergunta se essa pessoa tem “um a mais” para ele fumar depois, o usuário detentor de uma pequena porção tem certa obrigatoriedade de oferecer de graça ou vender a preços módicos ao menos um “fino” para o colega. Assim, nesse mercado, em muitos contextos, vender como uma doação só era vantagem na medida em que esse ato poderia ser retribuído em um momento futuro, ou por outros fins não utilitários, como o vínculo de amizade, por exemplo, que poderia gerar vários modelos de trocas.

Em síntese, o patrão agenciador da barca, em muitos casos, recolhia o dinheiro de um número variável de pessoas dependendo da quantidade negociada. A configuração da barca podia ser de algumas maneiras: i) o patrão comprava a barca toda e depois revendia em quantidades menores; ii) o patrão comprava a barca toda e combinava com dois ou três amigos uma suposta quantidade a ser dividida. Esses dois ou três amigos seriam os patrões de outros interessados em pedaços menores da partilha do fumo. Dependendo da quantidade de drogas e da configuração, esse desdobramento podia ser feito várias vezes; iii) o patrão arrecadava o dinheiro de certas pessoas com antecedência, para poder ter dinheiro e efetuar o pagamento da barca no momento que adquirisse o produto; iv) o patrão recolhia o dinheiro de todas as pessoas que participariam da barca para depois efetivá-la.

Os lucros dos patrões eram bem variados no mercado mais robusto do varejo, como nas barcas de 1 kg. Em muitos casos, apenas livravam o seu pagamento da quantidade adquirida da barca, em outros, retiravam um lucro maior e, em outros, não ganhavam nada, apenas efetuavam a mediação. Nesse período de observação foi difícil identificar qual das três configurações foi a mais comum. É certo que os patrões que realizavam barcas com mais frequências também não eram considerados traficantes. Assim, com mínimas ressalvas, a categoria traficante utilizada para classificar os mercadores das drogas ilícitas das periferias era invisível na composição social dos mercados antiutilitários do modelo *cult*. Apesar das múltiplas microrredes de mercados estabelecidas pelas barcas, poucas intersecções entre o modelo *cult* e o modelo empresarial-político ou o modelo da rota caipira foram constatados. Apenas um usuário universitário mencionou que seu contato de fumo, um jovem rapaz, comentara com ele que estava buscando a sua carga em uma fazenda nas proximidades de Uberlândia, no estilo da rota caipira.

Todavia, a partir de 2005, as relações estabelecidas entre jovens universitários do modelo *cult* e jovens moradores do entorno da universidade oriundos do modelo periférico começaram a ser tensionadas pelo choque de códigos diferentes. As narrativas dentro da universidade de casos de violência, ameaças, armas, sequestros, roubos e homicídios nas ruas próximas ao *campus* demonstravam uma relação de intersecção tensa entre esses dois modelos de mercados que começou a ocorrer com maior frequência.

AS INTERAÇÕES SIMBÓLICAS ENTRE AS ECONOMIAS DAS DROGAS

O relato de um ex-estudante e morador de uma famosa república sintetiza o universo social da universidade e do bairro nesse jogo de interações simbólicas relativas aos modelos desses diferentes mercados. Mesmo com as diferenças culturais havia um vínculo de troca entre os grupos de estudantes universitários e jovens moradores do bairro que começou a ser ressignificado, segundo ele, com o consumo de uma nova droga, de maior potência orgânica e viciante ao extremo: o *crack*.

Conflitos mais violentos começaram a ocorrer nas ruas do entorno da universidade entre moradores antigos do bairro e estudantes. Tais conflitos foram por pouco tempo relativamente amenizados, depois que um desses usuários de *crack* assassinou um estudante que voltava de um *show* a pé. O estudante foi esfaqueado depois de ter reagido a um assalto.

Segue a narrativa:

O problema antes quase não existia, os caras iam lá oferecia maconha, às vezes, quando encontrava no bar pedia uma cerveja ou para encher o copo, mas depois do *crack*, isso tudo mudou. Uma vez, por exemplo, o *Léo* bateu lá em casa de madrugada. O *Jales* abriu. Aí, ele já entrou rápido pegou uma faca na cozinha e ficou sentado lá. Perguntou: “e essa televisão aí”. Os caras já estavam numa onda dessa! Um dia um dos caras deu uma pedrada no cachorro. Aí você pensa em chamar a polícia. O negócio é tão forte que já teve uma vez que eu subi em cima do muro para conversar com um cara com um facão na mão, querendo rachar a cabeça dele no meio. Sabe uma coisa que não tem nada a ver comigo, mas não tinha solução. Tinha um amigo meu que era PM que disse assim: essas coisas têm resolução, só que você nunca mais vai ver ele, entendeu! (Entrevistado, 15 set. 2010).¹⁰

Para o ex-aluno entrevistado, a solução final foi mudar a república para as proximidades de outro *campus*. Dessa forma, em algumas microáreas próximas à universidade houve uma mudança histórica na zona de circularidade vinculando os mercados utilitários e antiutilitários das drogas ilícitas, tensionando as relações entre os modelos *cults* e periféricos que anteriormente eram consideradas mais harmônicas e discretas nas suas interações sociais.

Apesar de solucionado o problema dos jovens da república com a mudança, em 2014, uma série de reportagens foi realizada sobre o consumo e o comércio de drogas ilícitas no Jambolão, demonstrando como as tensões entre esses modelos que antigamente se restringiam às repúblicas e ruas do entorno adentraram a universidade. Essas reportagens tiveram repercussão por um fato ocorrido em dias anteriores: a prisão de alguns jovens supostamente traficantes que mantinham em cárcere “privado” um consumidor endividado, conforme descrevia a reportagem veiculada em 20 de maio de 2014, intitulada **Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter usuário refém na UFU** (VILELA, 2014). Nesse aspecto, o modelo periférico violento adentrou a universidade, ampliando ainda mais as interações simbólicas.

No Triângulo Mineiro, a zona de circularidade entre modelos periféricos também se vinculava ao modelo da rota caipira e empresarial-político. Importante mencionar o fato de que um dos servidores da segurança pública da região, acusado no relatório da CPI do Narcotráfico de ser um perigoso articulador do tráfico de drogas, tentou pleitear uma vaga no legislativo municipal de um município da região. Em uma das eleições conseguiu expressiva votação individual, mas não se elegeu devido ao coeficiente eleitoral maior de alguns candidatos concorrentes. Tinha forte influência em certas periferias consideradas áreas de risco da cidade. A relação íntima com a associação de moradores em uma dessas localidades propiciou um *marketing* político expressivo nos muros desses bairros periféricos, pintados com o nome e número do candidato.

No início do século XXI, o relatório conclusivo dos parlamentares indicou um forte vínculo do traficante carioca Fernandinho Beira-Mar com políticos, empresários, fazendeiros e servidores públicos de várias regiões mineiras, incluindo o Triângulo Mineiro, corroborando a firme relação do modelo empresarial-

10 Todos os nomes mencionados são fictícios.

político com o modelo periférico oriundo do Rio de Janeiro, que constituiu um mercado internacional do atacado com entreposto na região. Nos últimos anos, as narrativas etnográficas, jornalísticas e documentais vinculam o coletivo paulista do PCC com apreensões da rota caipira, corroborando assim que as circularidades entre os mercados de drogas do coletivo não estão restritas ao modelo periférico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em comparação ao que ocorreu em Belo Horizonte e na sua Região Metropolitana, o processo de interiorização das políticas de segurança pública foi demorado (SAPORI, 2007). Apenas com o período eleitoral de 2005 houve a implementação dos programas de prevenção à criminalidade e repressão qualificada em Uberaba e Uberlândia, maiores cidades do Triângulo Mineiro.

Em Uberlândia, seu funcionamento começou em janeiro de 2006. Os programas Fica Vivo!, Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa), Programa de Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) e o policiamento do Gepar aportaram em certas localidades pobres do município que começaram a ser classificadas como áreas de risco. Os primeiros bairros a receber essa classificação foram os do setor leste: Morumbi, Joana Darc, Prosperidade, Dom Almir, Celebridade, São Francisco e Zaire Resende. Nesses territórios houve a implementação de um Centro de Prevenção à Criminalidade¹¹ de base local e o policiamento do Gepar. Após três meses, no setor oeste, o bairro Jardim Canaã¹² também foi classificado como área de risco. Passados seis meses, os bairros Tocantins, no setor norte, e São Jorge, no setor sul, também foram assim classificados. Essas três últimas classificações tiveram em comum a implementação exclusiva do eixo da repressão qualificada, por meio da entrada do Gepar nessas localidades. Os Centros de Prevenção à Criminalidade bem como os programas do eixo da proteção social não foram alocados nesses territórios. Com isso, no município de Uberlândia, houve, no modelo periférico, uma primazia da gestão do eixo da repressão qualificada em detrimento do eixo da proteção social.

Apesar do planejamento político visando à articulação dos eixos da proteção social e da repressão qualificada nos municípios mineiros, pode-se dizer que o foco dessas ações governamentais no que tange ao comércio e ao consumo de drogas restringiu-se ao modelo periférico da criminalidade pobre em Uberlândia e Uberaba (MISSE e LIMA, 2011), atingindo, sobretudo, os jovens negros. Nesse sentido, o discurso de parte da população e dos agentes de segurança pública que acredita existir apenas consumo e tráfico de drogas nos modelos periféricos é chancelado pelos discursos dos cientistas que se tornaram gestores dessas políticas estaduais, bem como das instituições policiais que classificaram tais localidades, conforme mencionado, como áreas de risco e de anéis do crime.

Por ironia do destino, se as ações governamentais se restringiram ao jovem da área de risco, a implementação tardia e homeopática dos programas de prevenção à criminalidade estaduais nesses municípios interioranos contou com vários profissionais oriundos do universo Jambolão (incluindo os programas preventivos em Uberaba) em seu quadro de servidores, criando assim uma inusitada zona de circularidade entre os jovens das áreas de risco e profissionais que tiveram sua formação nos cursos da UFU e suas convivências embaixo das árvores de jambolão.

¹¹ Além da morosidade da implementação desses programas, o pacto federativo entre estado e prefeitura deixou de fora o programa Mediação de Conflitos, gerando, segundo ex-técnicos sociais do Fica Vivo!, uma sobrecarga de trabalho na base local.

¹² No contexto do bairro Jardim Canaã foi curioso o movimento dos primeiros policiais do Gepar, em 2006, que foram treinados em Belo Horizonte. Eles tentaram mobilizar a comunidade para implementar o programa Fica Vivo! no bairro. Todavia, a tentativa não teve sucesso. Apenas em 2014 houve a implementação de um Centro de Prevenção à Criminalidade de base local no bairro.

Ao longo do trabalho de campo, notaram-se algumas performances de oficinairos, gestores e técnicos sociais do programa Fica Vivo! na tentativa de oferecer boas oficinas e construir uma rede sólida de assistência juvenil. Essas experiências microsociais possuíram uma eficácia material e simbólica para a melhor condição de vida dos jovens dessas localidades pobres que acessavam as redes de proteção de todos os programas. Contudo, apesar dos esforços capilarizados dos agentes das instituições de prevenção à criminalidade, seus efeitos foram residuais em relação ao contexto totalizante que a repressão qualificada ocupou. Com o processo de segmentação das áreas de risco nas periferias da cidade, os programas do eixo de proteção social ficaram restritos a poucas localidades e o atendimento passou a ser realizado quase exclusivamente pelo policiamento do Gepar, visto que o resultado foi um tipo de gestão de controle do crime que acelerou e elevou o encarceramento juvenil negro na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, M. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Relatório Estadual da CPI do Narcotráfico/MG (CPI/MG)**. Belo Horizonte: ALMG, 2000. Disponível em: <<http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/870/713870.pdf>>. Acesso em: 27 mar 2015.

BIONDI, K. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BEATO, C.; PEIXOTO, B. Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos. In: SENTO-SÉ, J. T. **Prevenção da Violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEATO, C.; SILVA, B.; SILVEIRA, A. Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. In: LIMA, R. S.; PAULA, L. **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34, 2000.

CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, (2013). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W5EwuTIBhVE>>. Acesso em: 24 abr.2013.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia (2015). Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/Consumo-de-drogas:-seis-bairros-formam-o-anel-do-crime>> Acesso em: 27 mar.2015.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. (2015b). Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/operacao-navajo-desarticula-quadrilha-de-traffic-internacional-de-drogas/>. Acesso em 09 abr 2015.

EM.COM.BR. Uberaba, (2015). Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/08/interna_gerais,606094/quadrilha-de-traffic-comandada-por-policia-civil-aposentado-e-condenada-pela-justica-federal.shtml. Acesso em 09 abril 2015.

ESTADO DE MINAS. MPF denuncia 27 por tráfico internacional de drogas; três são mineiros de Uberlândia. **EM**, Belo Horizonte, 12 dez. 2014. Disponível em: < http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/12/12/interna_gerais,599095/mpf-denuncia-27-por-traffic-internacional-de-drogas-tres-sao-mineiros-de-uberlandia.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2015.

FELTRAN, G. **Fronteiras da tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.

LEITE, F. L. Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MISSE, Michel. **Acusados e Acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Reavan, 2008.

MISSE, Michel; LIMA, Roberto Kant. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

NEVES, F. Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. p. 175-192.

OLIVEIRA, Kriss Bretas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

PERALVA, Angelina; GALLO, Fernanda; SINHORETTO, Jacqueline. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. In: AZAIS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera Silva (Org.). **Illegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.199-228.

ROCHA, R. L. S. Sobre a gramática moral do crime: a mobilização de justificativas e acusações acerca dos homicídios na zona leste de Belo Horizonte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anpocs, 2018.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VILELA, C. Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter usuário refém na UFU. **Uipi!**, Uberlândia, 20 maio 2014.

ZALUAR, A. **Drogas e cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2008.